



# Anais da Assembléia

Nº 18

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 26 DE MARÇO DE 1.981

ANO VII

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 14ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 1.981

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur e secretariada pelos Srs. Deputados Augusto Carneiro e Antônio Cotrim.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fideleino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elisio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelton Fredrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

### Ofício:

Sob o nº 01/81, do Sr. IWERSON CHIURATTO, Vereador da Câmara Municipal de São José dos Pinhais, comunicando que foi indicado Líder da Bancada do Partido Popular — PP, desse Legislativo, bem como membro representante no Diretório Regional do Estado do Paraná. - Ao conhecimento da Casa.

### Indicação:

#### INDICAÇÃO

Sr. Presidente.

Na qualidade de Líder da Bancada do PDS, indico o nome do nobre Deputado Fuad Nacli, para integrar, na qualidade de titular, a Comissão de Orçamento, em substituição do nome do Deputado Aguinaldo Pereira Lima, ficando este como suplente em substituição ao nome do Deputado Basílio Zanusso.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1981.

(a) ERONDY SILVÉRIO

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, com bases regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelos falecimentos dos Srs. PAULO RODRIGUES DO NASCI-

MENTO, JOSÉ PINELLI, VALTER PINELLI e sua DIGNÍSSIMA ESPOSA, e FRANCISCO MENON, mortos tragicamente em desastre automobilístico na cidade de Ubitatã.

Requer, outrossim, que aprovado o requerido, seja dada ciência às famílias enlutadas.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1981.

(a) FRANCISCO ESCORSIN

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER a consignação de voto de pesar pelo falecimento do Dr. Engenheiro GEREMIAS KLOSTER, ocorrido em data de hoje, na cidade de Campo Mourão.

Vítima de lamentável acidente automobilístico, o Dr. Geremias Kloster veio a falecer, deixando a sociedade local consternada, pois tratava de pessoa bem relacionada e além de pertencer a uma das mais tradicionais famílias daquela região.

Requer ainda, que da decisão da Casa seja dado conhecimento do presente à família enlutada, na cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1981.

(a) ANTÔNIO COTRIM

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de congratulações ao Município de União da Vitória, pela passagem, no próximo dia 27, dos 91 anos de Emancipação Política.

Outrossim, requer ainda, se dê ciência da decisão da Casa ao Sr. Prefeito Municipal e à Câmara Municipal, na pessoa de seu Presidente, para que, em nome do Poder Legislativo do Paraná, cumprimentem a laboriosa população de União da Vitória.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1981.

(a) ADALBERTO DAROS.

### JUSTIFICATIVA:

Através deste Poder Legislativo, queremos homenagear a população de União da Vitória, que em data de 27 de março comemora mais um ano de emancipação política.

União da Vitória, fundada pelo Coronel Amazonas de Araújo Marcondes, em função do crescente progresso foi elevada à categoria de Vila e Município, através dos Decretos 54 e 55, de 27 de março de 1890, desmembrando-se do Município de Palmas.

Hoje, aquele progressista município conta com um excelente sistema nas áreas de educação e cultura, lembrando que, nos idos de 1895, foi José Cleto da Silva quem fundou a primeira escola primária e o primeiro internato.

Dividindo com o Estado de Santa Catarina, União da Vitória, essencialmente religiosa, destaca-se em todos os setores e conta para a formação de uma opinião pública ordeira e sadia com duas rádios e diversos jornais. União da Vitória deu a este Poder Legislativo brilhantes parlamentares, que honraram seus mandatos em defesa da terra, entre os quais os ex-Deputados Lauro Soares e Domício Scaramella.

Está portanto de parabéns a laboriosa população de União

da Vitória, a qual cumprimento efusivamente.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, um voto de louvor à ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA DO BANCO DO BRASIL, com sede no Município de Prudentópolis, pela brilhante inauguração do seu centro social, esportivo e cultural, ocorrido no dia 21 do corrente.

No nosso entender, nossa manifestação é das mais justas e incentivadoras aos idealizadores, de mais este centro de conagração de uma classe, estendendo os seus benefícios à comunidade prudentopolitana, porque é através do esporte e de uma convivência social é que se constrói uma sociedade digna e forte.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1981.

(a) GILBERTO AGIBERT FILHO

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, solicitando seja enviado com urgência à cidade de Santo Antônio da Platina, uma equipe técnica no sentido de que sejam apuradas possíveis irregularidades no fabrico de pães e similares pelos panifícios daquela cidade.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1981.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

### JUSTIFICATIVA:

A SAÚDE DO POVO É A SUPREMA LEI, diz o dístico tradicionalmente citado por todas as pessoas relacionadas ao setor psico-social.

A sociedade industrial, manufaturando alimentos, deixa os pais de família com grande preocupação, especialmente no que diz respeito à saúde de seus filhos.

A manufatura do pão caseiro hoje é praticamente impossível. Isto obriga todas as famílias a adquiri-lo em panificadoras e supermercados.

Alguns panificadores, destituídos de escrúpulos e sem qualquer responsabilidade social, estão se utilizando de um recurso condenável para melhor apresentação de seus produtos.

Trata-se do uso de bromato de potássio ou "água benta", na fabricação de pães.

A medicina provou, sobejamente, os malefícios que tal expediente causa à saúde popular, em especial ao aparelho digestivo das crianças.

Ocorre que os panificadores honestos que, felizmente constituem a maioria, acabam sendo prejudicados pela ação irresponsável de uma minoria.

Justifica-se pois tal expediente, solicitado por panificadores honestos que desejam um divisor de águas muito claro. É o bom nome de uma categoria que está em jogo.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Excelentíssimo Sr. EDSON MACHADO DE SOUZA, DD. Secretário da Educação e da Cultura, solicitando a criação e instalação do ensino de 1.º grau, 5.ª a 8.ª Séries, na localidade de FAXINAL DOS CASTILHOS, Município da Lapa.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1981.

(a) DARCY DEITOS

### JUSTIFICATIVA:

Anexamos ao presente lista de solicitação dos moradores residentes naquela localidade, os quais solicitam a criação e instalação do referido curso, pois os mesmos sentem a necessidade de continuarem seus estudos, sendo que todos são filhos de trabalhadores, os pequenos produtores rurais não podendo arcar com o pesado ônus que é o transporte, do Povoado até a Sede do Município, que é a Lapa dado a distância entre as mesmas.

Outrossim, conhecedores que somos que hoje o ensino de 1.º grau é da 1.ª a 8.ª séries, urge que se instale também naquela localidade esse benefício.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Excelentíssimo Sr. JOSÉ AGOSTINHO RODRIGUES, DD. Presidente da RADIPAR, solicitando que o mesmo envie esforços para que Campo Mourão receba as imagens da TV Tarobá, de Cascavel.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1981.

(a) DARCY DEITOS

### JUSTIFICATIVA:

Campo Mourão é Município-Sede da COMCAM, sendo atualmente um dos mais importantes municípios de nosso Estado, dado sua produção agropecuária, e por ser naturalmente importante polo de convergência dos demais municípios da região.

É por esta razão que o referido município sente a necessidade de aumentar seus meios de informação e lazer, para que isso venha a colaborar com o desenvolvimento que hoje ali se realiza, fruto de seu povo trabalhador e progressista.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor HARRY VALDIR GRAEFF, Presidente do INAMPS, solicitando a doação de uma perua ambulância, equipada, para o Hospital Universitário de Londrina.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1981.

(a) FIORI LUIZ

### JUSTIFICATIVA:

O Hospital Universitário de Londrina presta serviços relevantes, quer como hospital-escola, quer no setor de atendimento público. A filosofia da direção da instituição é atender primeiro e perguntar depois. E ali são atendidas centenas de pessoas, por dia, vindas de todas as partes do Paraná, Sul de São Paulo e Mato Grosso.

Os números dos relatórios exprimem a importância do HU, chamado pela classe menos favorecida de "Hospital dos Pobres". Em 1980, foram realizados 228.595 exames laboratoriais, e 22.713 exames radiológicos. No setor de atendimento, o Pronto-Socorro atendeu 41.686 pessoas e o Ambulatório, 47.440, dando um total de 89.126 pessoas, somando-se nesse total, atendimentos através do INAMPS, FUNRURAL e não-contribuintes.

Apesar dos números expressivos, o Hospital Universitário de Londrina conta com apenas uma perua ambulância, doada em 1976 pelo FUNRURAL e atualmente, sem as mínimas condições de uso.

Assim sendo, encarecemos a necessidade de dotar o Hospital de melhor estrutura nesse setor de atendimento de urgência, e em nome da comunidade esperamos contar com a compreensão e colaboração do INAMPS e do FUNRURAL para a solução desse problema.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Ministério das Comunicações, solicitando ao Governo que cumpra a Lei n.º 50.929, que estabelece o percentual de 50 por cento de música brasileira nas programações de rádio e casas noturnas.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1981.

(a) MÁRIO CELSO

#### JUSTIFICATIVA:

O não cumprimento desta lei, que tem mais de 20 anos de existência, acontece diariamente em todo o País, provocando prejuízos ao compositor nacional.

Enquanto o músico brasileiro encontra dificuldade, os músicos que gravaram as fitas e discos estrangeiros que proliferam entre nós, recebem no exterior, o pagamento de seus direitos autorais em dólares.

Além disso, a música estrangeira provoca uma evasão de recursos da ordem de 35 milhões de dólares.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado ofício a SUREHMA, pedindo providências para o problema de poluição ambiental causado por desprendimento de fumaça tóxica na Empresa CARELLI e Cia. Ltda., em Cascavel.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1981.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

#### JUSTIFICATIVA:

Como se vê na fotocópia anexa, a população vizinha é prejudicada com a fumaça expelida por chaminés da indústria de acumuladores elétricos da Empresa Carelli e Cia. Ltda., sediada às margens da BR-277, esquina com a Avenida Carlos Gomes (via de acesso ao centro da cidade), endereçou apelo ao 10.º Distrito Sanitário local para que providências saneadoras fossem tomadas.

Todavia, aquelas autoridades teriam levantado incompetência de atribuições, já que a SUREHMA tem funções específicas para resolução da questão, muito embora o fato venha ser visto como desprendimento de substância gasosa que afeta a saúde pública, causando afecções de pele e aparelho respiratório.

O caso merece pronta atenção das autoridades, já que a Saúde Pública declinou de sua competência, conforme consta da carta (xerox) anexa que encaminha o abaixo assinado.

Por outro lado, há uma indústria de laticínios e usina de pasteurização de leite, a qual poderá sofrer também efeitos dessa ocorrência.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Sr. EULER MERLIN, DD, Diretor Geral do DER, solicitando diárias, auxílio-moradia ou ajuda de custo para o transporte de funcionários do 8.º Distrito de Cascavel.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1981.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

#### JUSTIFICATIVA:

Em recente visita que fizemos ao 8.º Distrito Rodoviário, pudemos sentir que cerca de dez funcionários adquiriram casas pelo sistema de financiamento BNH, no Jardim Clarito, em Cascavel.

Porém, em função da distância (cerca de sete quilômetros) são forçados a usarem o único meio de transporte coletivo urbano ao preço de doze cruzeiros a passagem. Isto representa considerável dispêndio, em torno de hum mil cruzeiros mensais, o que para essas pessoas de baixa renda salarial, transforma-se num grande problema.

Sabe-se que em várias empresas privadas e até públicas, há condução para transporte de pessoal e existem casos de receberem inclusive casas com pagamento de aluguel simbólico ou ainda sem quaisquer ônus, como no próprio DER existem.

Entretanto, como se trata de justa reivindicação, fazemos este apelo formal para que essa Diretoria do Departamento examine a questão, concedendo de forma adequada, o benefício solicitado, até por se tratar de u'a medida humana e justa.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, atendidas as formalidades legais, REQUER informações ao Excelentíssimo Sr. NIVALDO DE ALMEIDA NETO e ao Departamento de Estradas de Rodagem, das razões geradoras de paralisação do asfaltamento da estrada que liga Toledo - Santa Helena, trecho Toledo - Ouro Verde - Luz Marina,

As referidas obras encontram-se paralisadas, e vêm ocasionando indignação à população local, pois o escoamento das safras agrícolas está sendo seriamente prejudicada, bem como trânsito diário extremamente deficiente.

Requer comunicação do exposto à Câmara Municipal de Toledo e Santa Helena, juntamente para a Associação Comercial de Toledo.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1981.

(a) NELTON FRIEDRICH

#### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI N.º 19/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º — O valor das pensões de que trata a Lei 6468, de 18 de outubro de 1973, fica elevado para o equivalente a cinco (05) salários mínimos fixados para o Estado do Paraná;

Art. 2.º — As despesas decorrentes com a execução da presente lei correrão à conta das verbas próprias consignadas no Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1981.

(a) NELSON BUFFARA

#### JUSTIFICATIVA:

O nosso objetivo ao elaborar o presente plano de lei, é unicamente para atualizar uma situação já completamente superada e fazer justiça às famílias de ex-Deputados falecidos, que por força da Lei 6468, de 18 de outubro de 1973, estão ainda recebendo uma pensão irrisória, equivalente a três (03) salários mínimos, no valor de Cr\$ 17.000,00 aproximadamente.

Como se observa, tal importância atualmente é insignificante, tendo em vista o elevado índice de inflação que aflige o País.

Acreditamos que, com a aprovação do nosso projeto, poderá o Poder Público minorar, pelo menos parcialmente, a situação angustiante que atravessam muitas famílias de Deputados desaparecidos, os quais, quer exercendo o mandato de Deputado, quer exercendo cargos de Secretários de Estado e outras relevantes missões na administração pública, colaboraram efetivamente para o progresso do Paraná. Nesse trabalho árduo não podemos esquecer que suas famílias tiveram participação, mesmo indiretamente, mas colaborando de todos os modos para um desempenho eficiente desses homens que dedicaram grande parte de suas vidas à causa pública.

Face ao exposto, queremos crer que o projeto em tela terá aprovação unânime dos Senhores Deputados desta Casa e posterior sanção do Chefe do Poder Executivo.

#### PROJETO DE LEI N.º 20/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação de Clubes do Estado do Paraná - ACEPAR, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1981.

a) JOÃO ELÍSIO

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Clubes do Estado do Paraná - ACEPAR, que se pretende tornar de utilidade pública, vem prestando relevantes benefícios em favor principalmente de crianças hospitalizadas, filhas de pais desprovidos de recursos, além de atendimentos diversos, sempre que se fizer necessário a ajuda em mantimentos, agasalhos etc. Não somente em Curitiba como na região metropolitana e outros municípios.

Para uma melhor assertiva, junta-se a presente, a documentação necessária.

a) Estatutos Sociais;

b) Ata de Posse da atual Diretoria;

c) Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/80;

d) Relatórios das atividades do Departamento Social da ACEPAR;

e) Cópia autenticada da escritura pública de Instalação da Fundação da ACEPAR, criada com finalidade exclusivamente beneficente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus, primeiro orador inscrito.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): “Nos últimos tempos, os meios de comunicação de massa têm noticiado, em manchetes sensacionalistas e persistentes, o aumento da criminalidade nos grandes centros.

Já tivemos a oportunidade de levantar a hipótese de que esse bombardeamento proposital possa esconder outras intenções, como o desvio da atenção da população de problemas até mais graves, assim como o desemprego, a inflação, a grave crise econômica.

Mas, deixando hoje de lado a criminalidade dos grandes centros, queremos lembrar e falar do problema policial, nas cidades menores, na outra face dessa realidade.

Pelo que hoje se vê, se ouve, se lê, parece apenas existir o problema da criminalidade nos grandes centros. E no entanto, este País tem 4.000 municípios. Que hoje, são pequenos. Mas amanhã, poderão se tornar centros maiores...

E a continuar essa mesma política, onde o aparelhamento de vigilância policial tem a prioridade da preocupação com a segurança nacional, e não com a segurança do povo e do homem como um valor maior, teremos o problema da criminalidade galopante espalhada também pelas cidades que hoje ainda são calmas e pacíficas, pela própria índole de sua gente, e não por mérito das autoridades.

No começo deste ano, tivemos a oportunidade de ler o relatório anual, ano base de 80, da Delegacia de Marechal Cândido Rondon.

E neste mesmo relatório, pudemos constatar que a delegacia do Município de Cândido Rondon não possui armas, não possui munições... Tem apenas cinco pares de algemas...

Queremos também deixar bem claro que não somos a favor do municípiamento de delegados e policiais com metralhadoras e tanques, para que depois possam caçar a população como se fossem guerrilheiros perigosos, tal como já foi feito, em passado recente, em algumas cidades...

O que queremos, isto sim, é a medida exata do bom senso. E esse abandono, reflete o descaso das autoridades estaduais, para com os problemas da população do interior.

Dizer-se que não há recursos, sempre foi uma saída maniqueísta e fácil por parte das autoridades. No entanto, no mesmo relatório, ficamos informados que no decorrer de 1980, apenas esta pequena delegacia do interior, arrecadou a importância de Cr\$ 793.740,00, praticamente o dobro do ano anterior. E no item despesas, lemos: nenhuma.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não estamos hoje aqui, reivindicando nenhum benefício imediato e específico para a delegacia de Marechal Cândido Rondon.

Queremos isso sim, através desse pronunciamento, denunciar o abandono em que se encontram as delegacias do interior, que deveriam zelar pela segurança, não do regime, mas do povo e do homem...

Queremos ainda deixar no ar, a pergunta: — qual o destino desta verba de quase 800 mil cruzeiros, arrecadada em uma única e pequena delegacia do interior, com alvarás e atestados, se essa verba não reverteu à mesma delegacia, na compra de um único revólver?”

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente e Srs. Deputados. O Paraná necessita ser justificado. O Paraná pede e espera que o Governo Federal lhe faça justiça.

Este é um Estado que muito oferece ao Governo Federal, em troca de muito pouco receber.

Nós estamos aliados do Governo Federal há vários meses. Já fomos Ministro da Agricultura; já fomos Ministro da Fazenda; já fomos Ministro da Educação; já fomos Presidente da ELETROSUL, hoje, não temos nada, nada possuímos. E continuamos muito oferecendo ao Governo Federal.

Não vamos pedir de mãos postas. Não vamos mendigar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vamos exigir, do Governo Federal, o que por direito nos assiste.

Estados nordestinos, de pequena expressão política, que nada produzem, têm papéis de relevância no Governo Federal, nós que somos um Estado produtor por excelência, e amanhã seremos um Estado industrial, nós que temos um corredor de exportação, que carrega divisas tão necessárias para a manutenção do equilíbrio da balança financeira do País, estamos marginalizados, estamos escanteados, do Governo Federal. Por quê? Não sei. É hora de nós conscientizarmos, de nos unirmos, unirmos as classes produtoras, as classe empresariais, as classes industriais, a classe política, principalmente, vamos todos juntos, en-

caminhar um memorial que, se necessário for, será entregue em mãos ao Presidente da República, exigindo uma função de relevância. E entendo que a mais justa, a mais objetiva, seria o Ministério da Agricultura, para o Paraná.

Vamos mostrar ao Governo Federal que o Paraná, através de suas representações de classe, está a exigir, está a fazer com que o Governo Federal se mostre sensível às nossas reivindicações. Porque, não podemos continuar sendo um Estado marginalizado, no que tange a representação de um homem do Paraná, no Governo Federal.

Temos dezenas de nomes, não tenho nenhum a indicar, a identificar, mas temos muitos nomes ilustres que poderão servir para o Ministério da Agricultura, ou para outra função equivalente, que nos queiram dar, por direito.

Estaremos aqui, na próxima semana, com um memorial, mostrando a pujança desse movimento, mostrando que estamos entusiasmados porque pedimos de cátedra, pedimos por direito, não vamos mendigar, pedimos porque nosso Estado espera que se lhe faça justiça. Um Estado com o potencial, com a pujança do Paraná, está a exigir, e nós, como Deputados do Governo, vamos cobrar, de uma forma, ou de outra, uma solução do Governo Federal, para este Paraná tão injustiçado, até o presente momento.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Presidência registra, com satisfação, a presença neste Plenário, do Sr. Pergentino Caletto, Prefeito Municipal de Verê.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, terceiro orador inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Era nosso propósito vir a esta tribuna para levantarmos a questão do diálogo político.

Entretanto, como se trata de uma data memorável, a data em que os agricultores expropriados de Itaipu, deixam as barracas de seu acampamento e dirigem-se à Chefia do Governo do Estado do Paraná, e fazem a esta Assembléia uma visita, poderíamos dizer solenemente para mostrar aos eminentes Senhores Deputados, o sentido pacífico, ordeiro, coordenado e objetivo dos dirigentes desse movimento Justiça e Terra. Não poderíamos ter momento de maior significação para o Parlamento, do que a presença das lideranças para dialogar diretamente com os representantes que elegeram juntamente com parcela considerável do povo paranaense, a todos os que aqui representam o povo paranaense e é nessa condição, Senhor Presidente, que quero também proclamar que o que a Oposição desejava, desejou e deseja sempre é o diálogo franco, aberto e democrático, embora sendo taxada em oportunidade de debates nesta tribuna, de que nós da Oposição estávamos incitando os agricultores a promoverem movimentos perturbadores. A prova está aí de que os agricultores sabem o que querem, porque querem o que é de direito, o que está consagrado nos preceitos constitucionais e a proclamação que nós fazemos hoje é de reconhecer que o Governo do Estado do Paraná parece que ouviu a fala do Deputado Deni Schwartz e que está assumindo de fato e de direito, a sua posição de chefe e de condutor dos homens que moram neste Estado e que têm neste Estado os interesses econômicos e sociais.

Senhor Presidente, estão aí, e a Assembléia recebe, os agricultores expropriados e acampados às margens da BR-277 em Foz do Iguaçu e nós, Deputados do Paraná, só teríamos de ouvi-los para encaminhar às esferas federais, juntamente com o Governo e as autoridades do Estado do Paraná, a busca da conciliação e a consagração do direito que há muito tempo vêm reivindicando.

Muito obrigado. —

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Esta Presidência registra com satisfação a presença em nosso plenário, do Sr. Sebastião Bueno, Prefeito de São Sebastião da Amoreira, do Sr. Mário Santos, Prefeito de Nova Fátima, do Sr. Antônio Machado, Prefeito de Santa Mariana e do Sr. Jorge de Melo, Prefeito Municipal de Sapopema.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Fiori Luiz, quarto orador inscrito.

O SR. FIORI LUIZ — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

(Lê): “Conforme ficou estabelecido no 14.º Congresso Nacional de Professores, em Fortaleza, o magistério de primeiro e segundo graus promoveu ontem o “dia nacional de mobilização”. Em todo o Brasil foram realizados debates sobre a educação, palestras, assembléias e até paralisações de aulas, com a finalidade de conscientizar alunos e a comunidade sobre os graves problemas no setor educacional. Enquanto em Curitiba, Londrina, União da Vitória e outras cidades foram realizados debates entre professores e alunos, com o envio de cartas aos pais, em Maringá as aulas foram paralisadas.

Os alunos receberam ontem, em quase todos os estabelecimentos de primeiro e segundo graus, cargas de informações que não estão inseridas no currículo. Os mestres — na grande maioria — falaram das suas dificuldades, dos salários de fome que recebem, da inflação e da marginalizada educação brasileira que não recebe nenhum tipo de apoio ou atenção por parte do nosso governo central.

Em muitas escolas, os alunos ficaram sabendo da triste realidade do nosso ensino, como por exemplo, que o Brasil é o País, na América do Sul que menos aplica na educação (4,8%). Depois vem a Argentina com 10%, Paraguai com 15%. Equador é a Nação que mais aplica (36% do orçamento nacional). E sabemos que a UNESCO recomenda em nosso continente, um percentual mínimo de 25% para a educação. No Brasil, a aplicação de apenas 4,8% do orçamento, constitui-se em “vergonha nacional”.

Segundo o professor Izaías Ogliari, Presidente da Associação dos Professores do Paraná, a categoria continua aguardando uma resposta do Ministro da Educação sobre as reivindicações da Confederação Nacional dos Professores, que são: reajuste semestral, 13.º salário, aposentadoria aos 25 anos de magistério e destinação de 12% do orçamento federal e 25% dos estaduais para a educação.

A Constituição de 1967 alterou a lei da aposentadoria, passando de 25 anos para 35 anos para os homens e 30 anos para as mulheres. Dois projetos já foram rejeitados pelo Congresso Nacional, sendo que em 1979 a proposição foi derrotada na Câmara Federal e a segunda foi rejeitada pelo Senado, com três votos contrários.

À nível estadual, os professores continuam a luta pelo Piso de três salários-mínimos, mas o governo insiste nos dois salários. As entidades exigem ainda o cumprimento integral do Estatuto, principalmente no que diz respeito aos avanços diagonais e verticais.

As normalistas continuam levantando a sua bandeira, já que se consideram injustiçadas pelo Secretário da Educação, no que se refere aos níveis 1 e 2.

A Hora Permanência é outra luta da classe. Existe uma carga excessiva e má remuneração. O professor enfrenta sábados, domingos e madrugadas, desgastando-se.

Outras reivindicações da classe: regimes de trabalho, estabelecendo-se critérios mais justos e humanos. O problema da pensão também é uma das bandeiras de luta. Se um professor de dois padrões vier a falecer, a família recebe apenas 60% de um padrão.

O Movimento Educação e Justiça continua.

A próxima assembléia será no dia 17 de maio em Cascavel, e um dos principais assuntos serão sobre a reformulação do Qua-

dro Próprio do Magistério, uma vez que as entidades já designaram os seus membros para a formação da Comissão, porém o governo continua insensível.

A decisão de paralisação continua.

Entendemos que é hora do governo do Paraná estender as mãos e através do diálogo, buscar soluções que vão de encontro aos anseios dos professores paranaenses. Caso contrário, o Magistério não terá outra saída a não ser a paralisação, o que convenhamos, num ano pré-eleitoral, não seria conveniente para o governo; exceto se os homens do Poder continuarem na teimosia e intransigência em tratar a Educação como coisa secundária.

Afinal, pais, alunos e professores, a continuar o trato injusto e não prioritário às questões do ensino, darão, por certo, a nota zero nas urnas, aos candidatos do PDS nas próximas eleições de 1982. Porque entendemos, que enquanto a educação no Estado, rasteja, sofre, candidatos a candidatos ao Governo do Estado pelo Partido Situacionista, ficam pelo interior distribuindo cheques aos Prefeitos e, juntamente, o "santinho", a propaganda eleitoral para 82.

Para isso me parece, são bons. Mas, para cuidar efetivamente de atender as reivindicações dos professores, nisso o Governo realmente, continua insensível para esta classe."

Era isso Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, nobres companheiros.

Realmente parece que no Brasil as leis existem mas não são cumpridas. Nós observamos, dias atrás o Governo Federal premiar, brindar o Senhor Abravanel, vulgo Sílvia Santos com algumas emissoras de televisão, quando a lei da licitação, da concorrência proibia elementos que já possuem emissoras de televisão de participar desse tipo de concorrência.

Nós observamos também o Governo Federal premiar o grupo da Bloch Editores, da qual sou funcionário através da revista Amiga, com algumas emissoras de televisão, quando a lei é clara e proíbe estrangeiro de participar da concorrência. E o Bloch não é nascido no Brasil. E aí pela frente nós encontramos tantos outros estrangeiros, alguns dos quais servindo ao primeiro escalão do Governo Federal, como Ministro.

A Ordem dos Músicos do Brasil, está atualmente preocupada com outro descumprimento de lei e através de insistentes apelos vem tentando salvar o músico brasileiro, o que é difícil. E nós aqui desta Tribuna também, estamos ao lado desta luta, abraçando esta causa, levantando esta bandeira e pedindo o apoio dos demais companheiros de Casa para um requerimento que encaminhamos ao Sr. Ministro das Comunicações, pedindo o cumprimento, apenas o cumprimento de uma lei que existe há mais de 20 anos, que é a lei 50.929.

Essa lei estabelece o percentual de 50% de música brasileira nas programações de rádio e nas casas de diversões. Essa lei não vem sendo cumprida há mais de 20 anos e vem gerando um total desemprego do músico brasileiro. Somente aqui no Paraná, segundo pesquisa levantada existe 12 mil músicos desempregados. E o que é pior, isso não só atrapalha o músico brasileiro como a própria Nação, prejudica o próprio País pois a execução de música estrangeira provoca uma evasão de divisas na ordem de 35 milhões de dólares.

Então o caso é muito grave e deve ser observado com o maior rigor. É importante, inclusive nós estamos sugerindo através de um requerimento, que o Ministério das Comunicações estabeleça através de um órgão competente uma taxa imediata de música estrangeira executada ou pensada aqui no Brasil. Isso no mesmo nível de produtos importados correlatos como automóvel, aparelhos eletrônicos, bebidas e etc.. Que se faça uma selagem especial para o disco estrangeiro, ou para a

fitas. Dizem que a música ela não tem barreira, que a música não tem fronteira; mas não é verdade. É uma mentira. Ela tem sim. Ela tem o direito autoral, ela tem o dinheiro que é levado muitas vezes em dólares para o exterior.

E nós aqui ficamos realmente sofrendo muito com isso, perdendo divisas e deixando o nosso músico, o profissional brasileiro desempregado.

Por isso então nós solicitamos o apoio de todos os demais companheiros de Casa, porque é a primeira de uma atitude para beneficiar o músico. Temos ainda outras que haverão de vir, como a proteção do músico junto a ICAB, a ICAB que arrecada o direito autoral do Brasil é uma verdadeira piada nacional. Aqui no Paraná nós temos exemplos específicos. Na Escola de Samba Mocidade Azul, um agente da ICAB apareceu para arrecadar direito autoral sobre o ensaio da Escola de Samba. Uma verdadeira barbaridade!

(Tímpanos)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa lembra ao nobre orador que resta um minuto para o término de sua oração.

O SR. MÁRIO CELSO — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Enquanto isto o músico estrangeiro está se beneficiando desta prática ilegal até, de execução de músicas de outros países aqui dentro do Brasil nas barbas dos nossos Ministros, dos nossos fiscais sem qualquer tipo de atitude.

A lei 50.929 não está sendo respeitada, não está sendo cumprida porque nós temos emissoras aí que tocam o mínimo de música brasileiro e isto é um verdadeiro desrespeito à casa nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa registra, com satisfação, a presença neste plenário, dos Senhores: Marcelo Barth; Eno Baron; Pastor Werner Fuchs; Arnildo Schmidt; Osvino Murts; Leonildo Brustoliv; Ivo Adamante; Dr. Cláudio Pizzatto; Silvério Collin e José Florentino Mendes, da Comissão de expropriados de Itaipu.

Concedo a palavra ao sexto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há dias atrás a Bancada do PMDB desta Casa sofreu críticas de alguns Srs. Deputados do PDS, os quais afirmaram que nós, do PMDB, estamos desesperados por vermos o Secretário Municipalista, Sr. Saul Raiz, distribuir verbas aos Prefeitos do Interior do Estado para a realização de obras em suas comunas.

Tais afirmações, no mínimo, demonstram má-fé ou falta de argumentos para rebater as críticas feitas pela Oposição aqui nesta Casa. Críticas estas contundentes quanto à forma como está sendo feita pelo Governo esta distribuição, através do Sr. Saul Raiz. Onde fica claro o objetivo eleitoral do Governo, o qual sai com sua "troupe" pelo Interior do Estado, como fez no começo desta semana em Jacarezinho, em Cianorte, onde a interiorização do Governo transformou-se em verdadeiros comícios, em verdadeira campanha eleitoral.

Os jornais estão aí hoje a estampar fotos de decalques e propagandas distribuídas junto com os cheques aos Srs. Prefeitos, em Jacarezinho, em Cianorte; abrindo, Sr. Presidente, um sério e grave precedente, em que verbas do Governo sejam gastas para seu partido político. Seja feita campanha política com o dinheiro do povo.

Isto, Sr. Presidente, precisa ser denunciado nesta tribuna. Inclusive o Sr. Norton Macedo, num destes municípios, montou inclusive um comitê para atender seus correligionários e distribuir propaganda política. Com que verba viajou o Sr. Norton Macedo, que verba foi gasta para o PDS se instalar junto com o Governo lá naquele município?

Mas Sr. Presidente e Srs. Deputados, não acreditamos que

nenhum homem público, imbuído da responsabilidade de servir o povo de seu Estado, esteja contra verbas para a realização de obras públicas. Somos contra a forma hoje adotada da distribuição aqui no Paraná. Os Prefeitos do Paraná não podem receber só as migalhas que hoje são entregues, temos que lutar por uma reforma tributária que devolva a autonomia aos municípios brasileiros. A forma adotada pelo Palácio Iguazu está de acordo com a teoria de Maquiavel que diz: — “de fato, nenhuma garantia de posse é mais segura do que a ruína”. Arruinaram, esmagaram e liquidaram os municípios do Paraná para continuarem na sua posse. Entretanto, Sr. Presidente, hoje vem entregar migalhas aos mesmos, como se isto recuperasse a triste homenagem de um Governo que, ao longo destes dois anos de mandato, esqueceu totalmente que existiam Prefeitos neste Estado e mais, esqueceu que o povo paranaense existia, pois nada fez para beneficiá-lo.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o povo deste Estado saberá, em tempo hábil, dar a resposta que se fizer necessária. Saberá pagar com juros e correção monetária os benefícios que deixou de receber.

O ano de 1982 está aí, Sr. Presidente, e o Governo será esmagado nas urnas livres e democráticas.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) Apenas para saber se o Deputado fala no Grande ou Pequeno Expediente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está falando no Pequeno.

O SR. GABRIEL MANOEL — Diria a Vossa Excelência que fazem dez minutos já que ele está falando.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Não, Vossa Excelência está errado. Estou controlando o horário.

A Mesa lembra ao orador que resta um minuto para o término de sua oração.

O SR. DARCY DEITOS — É lamentável, Sr. Presidente, que nossa oração seja interrompida pelo ilustre Deputado Gabriel Manoel para uma questão de ordem totalmente fora do Regimento desta Casa. Mas nos relevamos porque nós, da Oposição, somos persistentes, não nos entregaremos jamais porque fazemos 17 anos que a Oposição luta neste Estado e nesta Nação, para tirar quem roubou o poder legítimo do povo.

Agradeço, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esta casa recebe com prazer, neste instante, a Comissão dos Líderes do Movimento Justiça e Paz, movimento este que está mobilizando dezenas e dezenas de agricultores da região oeste do Paraná. E no meio desta Comissão Especial, que já se avistou com o Sr. Secretário da Agricultura, e com o Governador do Estado, estão líderes sindicais, Vice-Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, Pastor Fucks da Comissão Pastoral da Terra e diversos líderes agricultores. E sentimos após a conversa com o Governo do Estado, de que esta comissão pretendia manter um contato com alguns dos Srs. Deputados. E é nesse sentido que nós encaminhamos um pedido a Sua Excelência, Sr. Presidente, que se possível, as lideranças dos partidos indicassem alguns Deputados para ouvir e conversar com estes membros do Movimento Justiça e Paz, numa das salas desta Casa, não interrompendo a sessão, obviamente pela questão regimental, mas para ter esse acesso e esse relacionamento.

Esta a nossa opinião, em sendo aprovada esta idéia após a consulta às lideranças, nós já indicaríamos o Deputado Gerente Kirinus, Fidelcino Tolentino e Deni Schwartz, se assim for acatada esta decisão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta o nobre Deputado Erondy Silvério, Líder do PDS, se deseja fazer a indicação de um dos seus Deputados, para manter contato

com os agricultores que aqui se encontram.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, agradeço a atenção de Vossa Excelência, entretanto quando a Comissão de Agricultores esteve no meu gabinete, eu me encontrava ausente da Casa. Nesta oportunidade, eu, por telefone, disse ao nobre Deputado Airton Cordeiro, vice-líder da Bancada do Governo nesta Casa, que representasse a Liderança. E ele continua representando a Liderança e fará a indicação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta os demais líderes se desejam indicar alguns dos membros de sua bancada para que entre em contato com os membros da Comissão de Agricultores.

O SR. AIRTON CORDEIRO — (Pela ordem) Sr. Presidente, pelo Partido Democrático Social, nós solicitamos aos Srs. Deputados Werner Wanderer, Fuad Nacli e Quielse Crisóstomo da Silva, que se façam presentes a esta reunião, ao tempo em que, em nome do nosso Partido, saudamos os agricultores que se encontram em visita a esta Casa, para honra nossa e para reconhecimento de todo o Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bernardi, inscrito.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ainda ontem, por ocasião do encaminhamento da votação de um requerimento congratulatório que soe acontecer no Plenário desta Casa, nós lembrávamos que 17 anos de autoritarismo semeados e entremeados de violência, de repressão, de arbitrariedade, não poderiam acontecer na história paranaense, na história brasileira, em vão e impunemente.

E é preciso, Srs. Deputados, que a história não seja encarada como apenas uma disciplina curricular dos diversos programas educacionais do Paraná. Mas, ela seja, efetivamente, na conceituação de Cícero, a mestra da vida. Aquela que, na avaliação do passado, dá aos homens do presente, o instrumento mínimo para que se possa plantar, direcionar e criar um quadro de referência para o futuro.

E a história como conselheira, a história como mestra da vida, Sr. Presidente, também tem mostrado que, entre as mais diversas armas de que lança mão todo e qualquer regime autoritário, tem em seu bojo a corrupção, a bajulação, a badalação como pelas eficientes da conquista final, do objetivo maior de toda autocracia, de todo autoritarismo, que é a continuidade no poder.

E se, de um lado, a sociedade civil cantou alvissaras pela abolição do ato institucional n.º 5, aqueles que com mais atenção olharam o desenrolar dos fatos, sabiam perfeitamente que a abolição pura e simples do AI-5 nem só representava tudo, porque grande parte do espírito de repressão, da violência, da arbitrariedade, grande parte disso tudo já estava incluído e mesclado nos diversos estatutos, nas diversas instituições que estão aí a servir o oficialismo vigente.

Não foi diferente, Sr. Presidente, a situação das universidades brasileiras.

Se, de um lado, pode ter sido abolido o AI-5, se pode ter sido abolido o 477, o 228, em muitas e muitas universidades foi uma atitude inócua, foi uma atitude vã, porque o maior ranço da arbitrariedade acabou sendo transplantado para o Estatuto e para o regimento das Universidades brasileiras.

A Universidade Estadual de Maringá, Srs. Deputados, não fugiu à regra. E aqueles que durante tantos e tantos anos acostumaram-se à bajulação, acostumaram-se à adulação vã, vulgar e aviltante da criatura humana, se desacostumaram, em

consequência disso, à crítica objetiva, à avaliação criteriosa da paisagem que se tem pela frente.

Assim Sr. Presidente, pela primeira vez na História da Universidade Estadual de Maringá, foram realizadas eleições para a constituição do Diretório Central de Estudantes que, diferentemente de Londrina, a classe estudantil de Maringá entendeu que deveria participar da eleição do DCE engajado, como melhor instrumental para a sua participação na luta, porque tinha assistido, há poucos meses, a violência dessa cópia de Idi Amim Dada, Reitor Oscar Alves, ao invadir, ao seqüestrar, ao depredar e ao violentar o patrimônio particular, do meio universitário londrinense.

E Maringá que tinha visto aquela versão grotesca de títeres africanos, a colocar, na Universidade Estadual de Londrina, o seu tacão, e o nojo da sua ação, resolveu, entretanto, aceitar as regras do jogo e participar das eleições do DCE, este vinculado, este engajado, para não ensejar à Reitoria de Maringá, os mesmos pretextos, as mesmas motivações, que levaram a Reitoria de Londrina, à violência contra a pessoa, à violência contra o patrimônio, à violência contra a tradição universitária brasileira.

Mas quem foi acostumado a apenas ouvir elogios, a apenas receber aplausos, desacostumado está a uma auto-crítica, a uma avaliação de fatos e, conseqüentemente, está desacostumado ao trato mínimo de democracia, de sentir as diversas categorias sociais a falar, a colocar, de público, os seus anseios, as suas emoções, as suas necessidades.

E diferente disso não poderia ocorrer em Maringá, quando a comunidade maringaense acordou, ontem, surpresa, com uma nova versão do AI-5, no "campus" universitário, representado pela Portaria n.º 214/81, de autoria do Reitor da Universidade de Maringá, decretando intervenção no DCE, e decretando intervenção no Diretório de Ciências Sociais e Econômicas.

Mas, vejamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque é que o Reitor sai de seu pedestal, onde recebia a veneração, a bajulação, a adulação, construídas e criadas ao longo do reinado do 477; ao longo do reinado da Diretoria de Informações e Segurança daquela Universidade, mais um cabide de empregos, a premiar um coronel, ou um tenente, ou um sargento qualquer, que necessitando enriquecer o seu soldo mensal, se encostava no dedo-durismo da Diretoria de informações. Vamos ver o que aconteceu. O DCE - Diretório Central dos Estudantes - resolveu mudar a figura grotesca e selvagem do trote universitário, do trote acadêmico, não mais, Sr. Presidente, afrontando a dignidade da criatura humana, pintando moças, danificando o corpo de acadêmicos. Não mais isso. Apenas organizando a Semana do Calouro para que o calouro, numa atividade comunitária, pudesse fazer um trote novo, arrecadando recursos para segmentos sociais daquela cidade que realmente desses recursos necessitava.

E nesta inovação, Sr. Presidente, é programada em Maringá, a Semana do Calouro, semana essa que seria dedicada ao debate, à exposição. Alguns homens ligados ao sistema foram convidados e não aceitaram porque acostumados a apenas falar num monólogo chato e rotineiro de 17 anos de autoritarismo, não quiseram se prestar ao debate franco e aberto com o meio universitário.

Assim o DCE organiza a Semana do Calouro onde na segunda-feira é celebrada uma missa pelo Arcebispo Metropolitano de Maringá.

Que culpa têm os estudantes, Sr. Presidente, se o Arcebispo na sua Homília ao saudar os acadêmicos, lembra também que este País está sendo conduzido por uma elite, mas os meios de produção são colocados às custas do suor e sangue do trabalhador brasileiro a favor desta elite que empalmou o poder há tantos e tantos anos.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência concede um aparte?

O SR. RENATO BERNARDI — Por que o Magnífico Reitor não cassa o título de Dr. "Honoris Causa" concedido ao Arcebispo Metropolitano? - (já darei, Deputado).

Na terça-feira é feito um debate sobre a crise universitária do Brasil.

Por que o Reitor não cassa a minha condição de professor da Universidade de Maringá, porque lá estive participando do debate?

Na quarta-feira, há uma apresentação de música popular brasileira.

Por que o Reitor nada diz da invasão cultural que está tomando conta desse País, das "macaquinhas" mascando chicletes e pulando ao som de música estrangeira, mas não suporta a mensagem que o poeta brasileiro, através da música e através da sua sensibilidade, retrata nela a situação do nosso povo?

Na quinta-feira, participa dos debates, o tesoureiro da União Nacional dos Estudantes, Jaime Penteado, da Universidade de São Paulo. Por que o Reitor não cassa também a UNE? Não Cassa, Sr. Presidente, porque o sistema militarista imposto ao País nos 17 anos tentou cassar, demoliu o prédio do calabouço, mas não consegue acabar com a coesão da classe estudantil que reviveu a UNE, que reviveu a UPE e está revivendo as uniões estaduais de estudantes.

Uma idéia, Sr. Presidente, não se cassa, uma idéia viceja a idéia germina, a idéia se multiplica e a idéia derrota exércitos, derrota a prepotência, derrota a arbitrariedade e derrota a violência.

Na sexta-feira, Sr. Presidente, foi realizado um debate sobre a Assembléia Nacional Constituinte, tese e bandeira de toda a sociedade civil. Tese do PMDB, tese dos Partidos de Oposição, tese da Ordem dos Advogados do Brasil, tese da Associação Brasileira de Imprensa, tese da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, quando pede para este País, um novo pacto social, que desmanche este regime que acima de tudo é pecaminoso.

Por que o Reitor não cassou o mandato Parlamentar de Heitor Alencar Furtado e Euclides Bezzerra. É mais fácil para a sua prepotência, investir contra estudantes, porque sabe que contra eles, existe a coação da matéria comprada, da disciplina adquirida. Porque hoje, Fundação Estudantil, o é só no nome, porque hoje essas 3 universidades custam mais caro do que qualquer outra, indústria do ensino montada, a partir do acordo MEC-USAID. Não para dar educação ao nosso povo, não para formar uma mão-de-obra especializada, mas, mais do que tudo, Sr. Presidente, para conservar a nossa juventude, para conservar os nossos profissionais liberais, engajados cultural, política, econômica e profissionalmente, aos interesses desta elite que está aí, hoje, atrelada ao carro do capital multinacional.

Para o reitor, é fácil investir contra o estudante, porque lhe falta coragem para investir contra este parlamentar, contra parlamentares federais, contra poetas e músicos brasileiros, contra o arcebispo metropolitano de Maringá.

Tem o aparte Vossa Excelência.

O Sr. Fiori Luiz — Companheiro, como professor, evidentemente, analisa o aspecto educacional do País, com conhecimento de causa.

E é sempre honroso para nós, termos na tribuna, abordando esses assuntos tão graves sobre a educação nacional.

Em Londrina, o nobre companheiro se recorda, os estudantes DCE - livre, continuam em vigília na sede da rua Piauí. Após a fracassada tentativa da reitoria de desalojar os estudantes de sua sede, vários contactos foram feitos com representantes do Governo e com o próprio Reitor José Carlos Espinoti. Na ocasião da tentativa de invasão da sede do DCE-livre, na base da força bruta, com policiais do 5.º Batalhão da Polícia Militar, a tragédia só não se consumou, nobre Deputado, pela

pronta intervenção de políticos. Pois os estudantes, estavam dispostos a defender a sua sede e até sangue se fosse necessário.

Fomos ao Reitor, com a presença de entidades de classe, políticos, Presidente da UNE Aldo Rebello, Presidente do DCE-livre, e, representantes da UPE. Tivemos a palavra do Magnífico Reitor, de que o assunto seria analisado pelo Conselho de Administração e, até o momento, nenhuma outra tentativa foi feita no sentido de desalojar os estudantes. A sede aliás, onde está instalado o DCE-livre, foi doada nos anos de 65-66, pelo então Secretário de Estado, Alípio Aires de Carvalho.

A Universidade exige a reintegração da posse do imóvel, o que está errado. A UEL nunca teve a posse do imóvel, poderia sim, então, solicitar neste caso, uma reivindicação de posse. Em Londrina os estudantes já enfrentaram a polícia para defender os seus direitos e seus imóveis, como a invasão da sede do DCE, de onde homens da reitoria e policiais reitram uma máquina impressora. Depois, a violência fechou o teatro estudantil e agora, querem a sede do DCE-livre. Ora, a Universidade de Londrina, possui um orçamento um pouco inferior ao da Prefeitura Municipal, precisaria ela de um prédio velho sem nenhuma funcionalidade? Para que? Por que esse temos dos estudantes, nobre Deputado? Por que o Governo nega-se terminantemente a dialogar com os estudantes brasileiros? Por que o Governo não reconhece a UNE?

Pobre de um País que tem medo da sua juventude. A violência contra os estudantes, só entristece esta Nação, só mancha de negro esta Pátria que foi tomada de assalto por homens despreparados, incompetentes à base de baionetas e fuzis.

Este regime de 17 anos de força militar fascista está caindo de maduro. E a preocupação com o estudante aí se justifica. Ele tem a mocidade, tem o seu grau de politização, de conscientização. O estudante, aquele que não é alienado, ele vê, observa, analisa, pesquisa, conversa e todos os que pensam são inimigos do Poder.

Desgraçadamente este País está nas mãos destes homens que não ouvem o clamor das lutas de classe, que dia menos dia levantarão a sua bandeira de justiça e democracia neste País.

Obrigado, nobre Deputado.

O SR. RENATO BERNARDI — Agradeço o aparte de Vossa

Excelência que vem exatamente corroborar as colocações iniciais que fizemos, ainda mais o motivo porque os estudantes de Maringá aceitaram a regra do jogo e aceitaram disputar a Diretoria do D.C.E. engajado.

O Sr. Del Ciel — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. RENATO BERNARDI — Já concederei.

Mas é preciso, Sr. Presidente que haja pretextos para quem quer pretextos. E já após o aparte do Deputado Del Ciel, darei então os pretextos citados pelo Magnífico Reitor da Universidade de Maringá, para decretar a intervenção no D.C.E. Este País, parafraseando a palavra de Pio XII, perdeu também a noção da decência e da dignidade. Mente-se, porque não se tem a coragem de assumir a verdade histórica.

Tem o aparte Vossa Excelência.

O Sr. Del Ciel — Marca profundamente, eminente Deputado

Renato Bernardi, o pronunciamento de Vossa Excelência nesta tarde, quando transmite ao Paraná os momentos difíceis que começam a viver os estudantes universitários da Cidade de Maringá.

Em Londrina, já passado muitos meses, continuamos a nos deparar com uma novela sem fim. Realmente, em função de um mandado concedido pela Justiça, na Cidade de Londrina, os policiais foram postados de um lado e os estudantes, dentro de sua morada a defender a sua última casa. E é triste saber

que essa falta de sensibilidade de tecnocratas que acabam por ocupar funções, melhor dizendo, onde deveriam estar localizados homens que contenham esse grande predicativo que distingue e separa o político do tecnocrata, ou seja a sensibilidade, estejam eles a criar problemas de grande ordem, prejudicando o movimento para a conquista da democracia e da justiça social em nosso País.

Se o partido a que de momento estamos vinculados traz no seu nome e no seu programa a defesa da democracia e da justiça social, entendo eu que meu partido tem também um compromisso de promover a defesa dos estudantes perseguidos e injustiçados. Não podemos silenciar quando vemos que procuram desmotivar jovens brasileiros de se prepararem para assumir funções de grandes responsabilidades no futuro não muito distante em nossa Pátria. Acreditamos nós que os mais jovens que aqui se encontram, tenham sido resultado da falta de oportunidade de se fazer política estudantil durante a ditadura de Vargas, uma ditadura popular.

Acredito eu realmente que a Nação brasileira viverá e está já a se deparar com uma crise na falta de surgimento de novas lideranças políticas, dado muito especialmente ao bloqueio que os tecnocratas tem promovido nas universidades brasileiras.

A universidade é a casa do dever, sabedoria, cultura e aprendizado político. Entristece-me e me marca profundamente, como ex-Presidente da Comissão de Instrução Pública desta Casa, e como membro indicado para esta Comissão continuar a fazer parte, que Maringá passe a se deparar com um problema que entendo vergonhoso para a sociedade paranaense, como o que vivemos na sociedade de Londrina. Estimo que também lá não haja a necessidade de os policiais se postarem de um lado e os estudantes do outro.

A classe política, pela sua sensibilidade, tem que promover, junto ao Governo, um entendimento, para que às reitorias sejam conduzidos homens com habilidade e sensibilidade para que respeitem o direito do estudante de pensar.

Muito obrigado, Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Agradeço o aparte de Vossa

Excelência, Deputado Del Ciel, o que vem mostrar que a preocupação com a classe estudantil não é apenas de nosso partido.

Mas, Sr. Presidente, para quem quer pretexto, uma sombra é pretexto, uma intuição é pretexto e o Reitor achou o pretexto. O jornal do DCE não passou por censura prévia, e continha artigos e piadas que não agradaram a sensibilidade artística e literária do Reitor de Maringá, que livros de literatura só conhece pela lombada, formado na Área Exata e Física. Não gostou de panfletos que o DACESE espalhou no campus universitário, lembrando aos calouros os seus deveres. Mas há mais do que isto: mostrando aos calouros os seus direitos.

Que Reitor é este, que Universidade é esta, que se sensibilizam com jornalzinho e com panfletos, e deixam entretanto que as bancas de revistas instaladas no campus universitário vendam nus artísticos, vendam revistas de sacanagem mas não suportam, entretanto, a crítica talvez mais entusiasmada de um jovem de seus dezoito anos? Provando claramente, Sr. Presidente, que realmente existe uma crise na Universidade brasileira, mas que esta crise não pode ser olhada isoladamente da crise...

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa lembra ao nobre orador que resta um minuto para o término da sua oração.

O SR. RENATO BERNARDI — ... não pode ser encarada isoladamente da crise que corrói o modelo educacional brasileiro, por sua vez também parte integrante da grande

questão nacional, da grande crise nacional. Crise esta que não está resolvida sem as mudanças necessárias de estrutura, sem uma alteração deste modelo político, deste modelo econômico e, conseqüentemente, deste modelo social que está aí.

O ato da Reitoria mostra, claramente, que se o autoritarismo teve muitos filhos, um dos enteados bastardos desse autoritarismo é a Portaria 214/81, que decreta a intervenção no DCE e decreta intervenção no DACESE.

Obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Esta Presidência registra com satisfação, a presença do Sr. Togo Emanuel de Almeida, Prefeito Municipal de Imbituba.

A Mesa consulta a Liderança do PMDB se deseja fazer uso do seu horário.

Concedo a palavra ao Sr. Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Recebíamos há pouco, um telefonema do Presidente do PMDB, Deputado Ulisses Guimarães, detalhando um fato altamente lamentável. E é com profunda tristeza, Sr. Presidente, que no momento em que o País procura respirar liberdade, que procura ampliar a fissura da abertura, retrógrados, irreconciliáveis com a democracia, consigam temporariamente emudecer uma das maiores tribunas de liberdade e democracia deste País, o jornal “Tribuna da Imprensa”.

Sr. Presidente, uma seqüência de bombas explodidas em tempos sucessivos, obras primas de inimigos do bem, do decente, do legal, do popular, destruíram totalmente a sede, o maquinário do jornal Tribuna da Imprensa, do Rio de Janeiro.

Em si só, Sr. Presidente, o ato selvagem é terrível. Terrível porque não passa de um ato de estertor, como se possível fosse calar a voz da verdade. E isto o jornalista Hélio Fernandes representa. E por falar, escrever e divulgar a verdade, por ser um brasileiro e bem brasileiro, por ser um democrata no mais exato termo da palavra, ele já perdeu dois automóveis, destruídos por bombas, conforme o noticiário já divulgou nos últimos meses. Como foi agora calada a Tribuna da Imprensa, com novas bombas.

São, repito, Sr. Presidente, os irreconciliáveis com a democracia que promovem na verdade, tudo tipo de manifestação contrária ao interesse maior do povo brasileiro, são também os que promovem bacanais a 10.000 metros de altura, que querem sim que a corrupção não seja descoberta; que o entreguismo continue deslavado e cada dia maior, que querem este País na verdade, uma republiqueta de bananas entregue ao monopólio capitalista internacional. São os retrógrados que também atentaram contra Dalmo Dallari, Sr. Presidente, são estes biótipos de antidemocracia que estão aí, predispostos sempre, a apertarem o botão que fez desaparecer, digo, temporariamente, a Tribuna da Imprensa. Resta-nos que neste caso a Polícia brasileira seja eficiente e faça aparecer, dentro em breve, não um Ronald Waters para servir de bode de piranha e abafar o assunto, mas sim o complot, a organização os elementos que estão por traz de toda esta cortina de violência e de desestabilização da Nação brasileira.

Mas, Sr. Presidente, de bodes espiatórios já chegamos ao fim de suportar isto tudo e a moda já não mais pega. Adquirimos um gosto tão grande pela liberdade, pela democracia, que já não mais nos confortamos com descobertas de afogadinhos e surpreendentemente, Sr. Presidente, o Diretor do Departamento de Polícia Federal, Coronel Moacir Coelho, declarou ontem ao depor na CPI do Congresso, sobre o terrorismo, que o atentado contra o jurista Dalmo Dallari, praticado em São Paulo às vésperas da visita do Papa João Paulo II, teve como um dos objetivos impedir o processo de abertura democrática. E disse mais: “os grupos extremistas de direita foram responsáveis por esta ação”.

Sr. Presidente, são as palavras do Diretor Geral do Departamento de Polícia Federal. E concluiu ainda mais: “o responsável pelo inquérito sobre os atentados a bomba ocorridos no Rio de Janeiro, em 80, o Delegado José Armando Costa, também na CPI ontem, manifestava a convicção de existir mais de um responsável pelos atentados à bomba à OAB, à Câmara de Vereadores e ao jornal “Tribuna da Luta Operária”.

E observaram, ainda, ambos os depoentes: “que a Lei de Segurança Nacional é suficiente como instrumento de combate às ações extremistas”.

Mas, Sr. Presidente, talvez acionar a Lei de Segurança Nacional contra os atos como o de hoje, como o de recentemente de ontem à noite, não interessam a muita gente neste País.

Mas, fica a convicção, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a convicção histórica e verdadeira de que dinamite não estoura idéia, de que a democracia e a liberdade são muito maiores do que os falsos democratas, os extremistas de direita, pretensamente colocados aí, muitas vezes inseridos até no aparelho repressivo oficial.

Temos certeza, Sr. Presidente, que o sofrido jornalista Hélio Fernandes, homem de imprensa, com maior “know-how” de atentados neste País, jornalista com o maior inventário de processos contra a sua atividade jornalística, este homem de imprensa, o Brasil, este atentado brevemente haverá de ser, talvez, divulgada a verdade pelo seu próprio jornal, um jornal que tem as bênçãos de todos nós, democratas, e amantes da liberdade.

Sr. Presidente, se um Diretor Geral do Departamento de Polícia Federal, declara alto e bom som, conhecedor que é de toda a intrínseca máquina repressiva deste País, diz que o atentado a Dalmo Dallari, quando visitava este País Sua Santidade o Papa, visava impedir a abertura, e era praticado por grupos de extremistas de direita, é preciso que esses nomes apareçam, é preciso que venham à luz para que o Brasil inteiro possa, efetivamente, conhecer de canto a canto desta Pátria, quem é quem na violência, quem é quem na desestabilização da democracia, quem é quem no combate à liberdade.

O Sr. Renato Bernardi — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. NELTON FRIEDRICH — Em seguida.

Só assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, este Governo, o aparelho repressivo poderiam vir perante a Nação brasileira, e terem um respeito maior, porque foram potentes, recentemente, no combate ao que diziam da extrema esquerda, e têm sido impotentes e falecem quando há que se levantar a verdade, para que este País respire a liberdade e a democracia.

Tem o aparte o Deputado Renato Bernardi.

O Sr. Renato Bernardi — Deputado Nelson, a bancada do PMDB se sente honrada ao ver a firmeza com que a sua Liderança reage diante de um atentado contra a humanidade. Mas, se Nuremberg, se Dachau, se Auschwitz deixaram os seus fantasmas perambulando pela Europa, pela África, pela América Latina, porque também não, Deputado, os DOI-CODI, os porões da repressão de 69/70, não teriam que também deixar os seus fantasmas.

O General Comandante do 2.º Exército, Milton Tavares, tão eficiente para achar 3 espingardas e mostrar à imprensa, poderia agora, mostrar a sua eficiência ao mostrar os encapuçados da “Tribuna da Imprensa”, os encapuçados da OAB, da “Tribuna da Luta Operária”, de Dalmo Dallari, de Uiversino Dias e Lilian Celiberti, do casal de argentinos de Foz do Iguaçu e de tantas e tantas outras manchas que estão enodando a história da civilização brasileira.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Obrigado. Seu aparte evidencia, claramente, que talvez as fazendas 31 de março que

ainda estejam submersas no interesse de um regime forte, têm muitos de seus membros, funcionários, ou agentes, dispostos a voltar aos dias obscurantistas, na longa noite escura desse túnel terrível que se abalou sobre o País, cujos resquícios estão aí, vivos, dispostos, efetivamente, a cada dia, mostrar as suas garras, para retornar àquele período negro de nossa recente História.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) — Já voltamos aos dias negros da História, nobre Deputado. O exemplo da “Tribuna da Imprensa”, brevemente vai ocorrer com a luta, a “Voz Operária”, a “Voz da Unidade”, com “Movimento”, com “Pasquim”, jornais alternativos e que estampam as verdades, ao contrário dos jornais que andam por aí, tipo “Jornal de Brasília”, “O Globo”, que distorcem as realidades das coisas.

No campo do rádio e da televisão, onde a penetração junto às massas é bem maior, já houve a reunião dos diretores de rádios e televisões ABERT, e ali se estabeleceu, seria proibido, d’oravante, rádio e televisão, criticar ministro e militar.

A primeira medida, após a reunião de diretores de rádio e televisão com a ABERT, a saída da apresentadora Hebe Camargo, de um programa que tinha da TV Bandeirantes, porque ali ela entrevistava tanto os homens do Governo quanto os da Oposição. O jornal, o Governo não teme muito, porque sessenta por cento da população nacional não sabe ler e também não tem acesso a ele, pelo preço que está o jornal para adquiri-lo diariamente.

Então, é desinformado, através dos jornais nacionais da vida, das emissoras de rádio, com concessão de Governo, todas elas comprometidas com o sistema, o povo não sabe da realidade que ocorre. Quem assiste Jornal Nacional, da rede Globo, é um homem desinformado, sobre a realidade nacional e internacional.

Agora, diante da colocação desse Chefe da Polícia Militar, de que a extrema direita perpetrou aquele autêntico crime contra Dalmo Dallari, é de se perguntar: as armas que o General do 2.º Exército Milton Tavares, apresentou numa foto, na “A Folha de São Paulo”, seriam armas da esquerda, ou pergunto, nobre Deputado, ou de direita, ou da falange, ou da direita fascista que está neste País, que é reforçada e acentuada, depois da eleição de Ronald Reagan, um reacionário, para o governo norte-americano, e os reflexos já estão se esparramando por aqui; eram armas da extrema-fascista que foram apresentadas pelo General Comandante do 2.º Exército?

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço. E o Deputado Erasmo Dias, nessa CPI, diz que ele, também, às vezes, e talvez responda a sua colocação, tem sido vítima dessas pressões e ameaças. E que já teve alimentada vontade de tocar fogo em alguns fornalescos alternativos.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Nelson Friedrich, ousou me inserir em seu pronunciamento, apenas para registrar o meu repúdio por este ato que tenta calar a verdade como era a “Tribuna da Imprensa” e para dizer também que por mais atentados ou atos de força que façam os direitistas desta Nação, não conseguirão amainar o apego, a vontade e o destino desta República, para a liberdade e para a democracia.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Termina tão somente, Sr. Presidente, dizendo que não venham com um novo Ronald Walters, porque naqueles episódios de bombas contra banca de jornais, ameaças e outras violências, não há quem duvide que era todo um complot organizado, que nas mesmas horas nos mesmos dias explodiam bombas em S. Paulo, Porto Alegre, ameaças em Curitiba, ameaças em S. Paulo, explosão na Bahia, como no Rio de Janeiro com uma cronometria a

invejar o melhor relojoeiro da Suíça.

Ora, Sr. Presidente, digo ao final, que é uma intimidação coordenada porque faz parte de uma ação coordenada, mas acima de tudo o atentado não é só contra a “Tribuna da Imprensa”. Ao combativo jornalista da causa libertária, é um atentado contra todo jornal, contra a idéia livre, a liberdade de imprensa, opinião e liberdade de pensamento. E acima de tudo, atentado à sociedade brasileira e esta sociedade está a exigir que os responsáveis sejam punidos e punidos como a melhor das leis há de vigir.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Esta Presidência registra com satisfação a presença do Sr. Prefeito Municipal de Tibagi e do Sr. Antônio de Paula, do mesmo Município.

Consulto a Liderança do PTB se deseja fazer uso do seu horário.

Ausente, consultamos a Liderança do Partido Popular.

Ausente, no horário reservado ao PDS, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Nós também da Bancada do Governo repudiamos os atentados à bomba e estamos solidários com os homens que de fato estão a defender uma democracia sadia e - é por isso que quero transmitir ao Deputado Nelson Friedrich o nosso apoio e o nosso repúdio total a esses gestos, seja de extrema esquerda ou extrema direita e haveremos de encontrar, se Deus quiser, unidos, os homens que querem verdadeiramente a democracia, os homens verdadeiramente cristãos, um rumo certo para o Brasil.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, dizia o ilustre Deputado Darcy Deitos e em suas argumentações que o Governador Ney Braga está a distribuir verbas erradamente, que o Governador Ney Braga não deveria dar verbas aos prefeitos, porque isto são migalhas, que o Governador Ney Braga, como diz ele aqui: (Lê): “que a forma adotada pelo Palácio Iguaçu está de acordo com a teoria de Maquiável que diz: - de fato, nenhuma garantia de posse é mais segura do que a ruína. Arruinar, esmagar, liquidar os municípios do Paraná...” é uma inverdade, uma inverdade porque também o adágio popular diz que dividir para reinar e este é o objetivo da Oposição.

Se essas verbas aplicadas nas mãos honradas dos 300 Prefeitos paranaenses, estiverem sendo mal aplicadas, então haveremos de continuar aplicando essas verbas e os prefeitos honrados que mereceram o voto do seu povo, do povo de sua comuna.

Dizíamos em vez passada que era o desespero, o desencanto porque os homens não sabem lutar com adversários fortes. Ora se o Secretário Saul Raiz tem a capacidade sob orientação do grande Líder paranaense, Ney Braga de ir buscar dinheiro e aplicar nas comunas paranaenses ou suas infra-estruturas, então o que querem mais os senhores da Oposição, onde não se faz nada a não ser aplicar o dinheiro do povo em benefício do próprio povo.

Dizíamos nós - estão a nos criticar e vão continuar a criticar Deputado Darcy Deitos, porque mais verbas não de vir para serem aplicadas nas pequenas comunas, para que os prefeitos possam honradamente dirigir o seu município, dando mão de obra aos bóias-frias que Vossa Excelência tanto defende. Como os prefeitos podem pagar se não lhes dermos verbas, se o Governador Ney Braga não aplicar o dinheiro nas comunas pequenas ou grandes.

Vossas Excelências não se conformam, não querem outra coisa a não ser tumultuar. Vossas Excelências não se conformam, dizem que o Governo não fez nada. Agora, que o Governo está completando a sua grande obra, está aplicando este dinheiro nas comunas indistintamente, quando o Prefeito vai à Secretaria do Dr. Saul Raiz não pergunta se o Prefeito é de A ou

de B. daquele ou de outro Partido.

Então, como dizia em pronunciamento anterior, é o "calcanhar de Aquiles" da Oposição, seguindo também o adágio popular "não se atira pedra em árvores que não dão fruto".

Então, é este o problema. Eles estão vendo diluindo a sua esperança, o seu sonho de uma noite de verão, de alcançar o Palácio Iguaçu. Estão vendo que o Governador Ney Braga há de ganhar mais uma vez com seu candidato a Governo, esta eleição vindoura, porque é um homem que sabe o que quer e o povo também quer unicamente, exclusivamente, um homem que seja de pulso firme e sem demagogia.

Dizíamos nós, Sr. Presidente, que Ney Braga é a figura querida do Paraná a figura que trouxe a este Estado o saneamento, levou este Estado ao seu devido lugar, junto à Federação Brasileira. E os Deputados da Oposição, o ilustre Deputado Darcy Deitos, homem inteligente, moço de um futuro brilhante, está com o faro fora da bitola. O seu faro, por enquanto, acho que não se deve aplicar dinheiro junto aos Srs. Prefeitos. Não tem dinheiro mais bem aplicado que este para os prefeitos, que sabem da necessidade de sua comuna.

São dinheiros, e não migalhas são importâncias de 2, 3, 4, 5 milhões de cruzeiros; não são migalhas. Talvez sejam migalhas para Vossas Excelências, que têm prefeituras ricas, mas para nós, os homens que precisam aplicar o dinheiro e dar trabalho aos bóias-frias, não são migalhas.

E Vossas Excelências vão se incomodar mais, porque, logo que terminem essas obras, os Srs. Prefeitos hão de receber novamente dinheiro para ser aplicado honestamente em suas comunas.

E é por isso que digo ao Deputado Darcy Deitos, que pondere, que analise, porque sabemos que é um moço inteligente e não deve falar o que pensa.

Concedo o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Darcy Deitos – Nobre Deputado Gabriel Manoel, Vossa Excelência comete uma injustiça.

Se Vossa Excelência verificar o meu pronunciamento, eu disse que nenhum homem público deste Estado, que tem a responsabilidade de bem representar o seu povo, pode ser contra verbas para realização de obras às comunas. Agora, somos contra a forma de usar o dinheiro do povo para fazer campanha política. Isso somos contra e seremos sempre, nobre Deputado.

O SR. GABRIEL MANOEL – Apenas para complementar o meu raciocínio.

Vossa Excelência diz e desdiz. Então Vossa Excelência acha que é mal aplicado entregar dinheiro aos Prefeitos? Qual é a forma melhor de entregar o dinheiro, senão diretamente?

O Sr. Darcy Deitos – O PMDB cumpre um papel nesta Casa, honrado e digno, para denunciar a inoperância deste Governo chamado Ney Braga, que não fez nada nesse início de mandato.

Agora vem Vossa Excelência dizer que em 82 ...  
Vossa Excelência me concedue ou não o aparte?

O SR. GABRIEL MANOEL – Vossa Excelência está falando baboseiras, quer fazer discurso paralelo.

O Sr. Darcy Deitos – Eu acho, Deputado Gabriel Manoel, que as eleições de 82 já têm um ganhador, chama-se PMDB. Esta eleição, nobre Deputado, vai ser mais fácil do que robar dinheiro de cego. Já está liquidada.

O SR. GABRIEL MANOEL – É o que Vossa Excelência sabe fazer. Roubar dinheiro de cego, mas não somos cegos. Vossa Excelência fala em Ney Braga. Ney Braga há de ganhar essas eleições, como tem ganho sempre as outras.

E Vossas Excelências, não querendo fazer disto aqui um circo de cavalinhos, Vossas Excelências estão sentindo na carne, estão sentindo, como diz um companheiro meu, lá do interior, o cheiro da brilhantina. E quem não conhece o cheiro da pólvora, não se meta a fogueteiro.

Então é o que quero dizer a Vossa Excelência, que solicite o aparte que darei. Vossa Excelência está misturando caçada de tatu com serenata. Vem Vossa Excelência nesta tribuna difamar os Prefeitos; vem nesta tribuna dizer que o dinheiro não deve ser entregue aos Prefeitos e depois vem fazer demagogia desmentindo o que eu disse, como seria uma forma errônea, como disse em seu pronunciamento, onde diz "distribuir verbas aos prefeitos do interior do Estado para a realização de obras em suas comunas".

Aqui está dizendo Vossa Excelência que o Sr. Saul Raiz está distribuindo verbas e o fazendo erradamente. Então peço Vossa Excelência as notas taquigráficas e veja.

Para complementar, queria dizer que haveremos de continuar juntos com as pequenas comunas, marchar unidos, para trazermos ao Paraná a continuidade do Governo Ney Braga; para trazermos ao Paraná as estruturas que ainda restam, e que são poucas, para que este Estado continue em sua pujança, para que este Estado, apesar do que está fazendo o Governo Central, mas o nosso Estado está muito bem representado e está trabalhando, um homem e todo o seu Secretariado.

Este homem se chama Ney Braga. Este homem que só de falar nele a Oposição treme e o povo saúda. Este homem que a Oposição procura criticar e com razão, com razão. Criticar com razão porque sabem que Ney Braga é um homem de grande prestígio no Paraná. Ney Braga há de passar ao seu sucessor, e por isto é que está ferindo a sensibilidade do Deputado Darcy Deitos, quando ele fala do nosso candidato ...

O SR. PRESIDENTE – (João Mansur) A Mesa informa ao nobre orador que resta um minuto para o término de sua oração.

O SR. GABRIEL MANOEL – Já complemento.

... quando ele diz, o nosso candidato do PMDB não tem a sensibilidade de dizer o nome do candidato.

Então, não se atiram pérolas a porcos.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – (João Mansur) Esta Presidência transmite um convite a todos os Srs. Deputados que desejarem, às 17:00 horas, assistir no Palácio do Governo assinatura de diversos convênios para a realização de diversas obras rodoviárias em nosso Estado.

A Mesa anuncia a presença em nosso Plenário, do Sr. Prefeito de Araruna, Valmor Vicente Vecchi.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado João Elísio, constante do expediente. Necessita de apoioamento. – Apoiado. – Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente. Necessita de apoioamento. – Apoiado. Ao Departamento Legislativo.

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Erondy Silvério, na qualidade de Líder do PDS, constante do expediente, indicando o nome do Sr. Deputado Fuad Nacli para integrar a Comissão de Orçamento, em substituição do Sr. Deputado Aguinaldo Pereira Lima, ficando como suplente em substituição o Sr. Deputado Basílio Zanusso. – Ao Departamento Legislativo para anotar.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem

do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 159/80, de autoria do Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE ASTORGA, com sede e foro na Cidade de Astorga. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 164/80, de autoria do Deputado EGON PUDELL, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DO ALCOÓLATRA — ARA, com sede na Cidade de Toledo. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Cotrim, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Geremias Kloster, ocorrido na cidade de Campo Mourão. — **Aprovado** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento dos Srs. Paulo Rodrigues do Nascimento, José Pinelli, Valter Pinelli e sua esposa e Francisco Menon, ocorrido na Cidade de Ubatã. — **Aprovado.** — Ao Depar-

tamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Secretaria de Recursos Humanos, em forma de pedido de informações, sobre certificados de conclusão do 2.º Grau, apresentados à mesma para prova em empregos públicos. — **Retirado pelo autor.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao General Adalberto Massa, Delegado Regional do Trabalho do Paraná, pela passagem do nono ano frente à direção daquela Delegacia. — **Aprovado.**

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

5 Srs. Deputados aprovam; 10 Srs. Deputados rejeitam.

Não há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 27, sexta-feira, às 10:00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.